



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2023 (Do Sr. Carlos Sampaio)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, relativamente a contratos de financiamento firmados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e exportadores brasileiros de bens e serviços, por meio da linha de crédito BNDES Exim Pós-embarque, dos quais são devedores países estrangeiros.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no § 2.º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, sejam solicitadas as seguintes informações, devidamente atualizadas, ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, relativamente a contratos de financiamento firmados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e exportadores brasileiros de bens e serviços, por meio da linha de crédito BNDES Exim Pós-embarque, dos quais são devedores países estrangeiros:

- a) os saldos devedores a vencer das operações sob a responsabilidade de cada país estrangeiro;
- b) o número e o valor das prestações em atraso sob a responsabilidade de cada país estrangeiro; e
- c) o número e o valor das prestações em atraso sob a responsabilidade de cada país estrangeiro já ressarcidas pelo Fundo de Garantia à Exportação ou



por outro instrumento da estrutura de garantias da entidade pública.

JUSTIFICAÇÃO

A teor do art. 2.º, inciso IV, alínea “b” do Decreto n.º 11.340, de 1.º de janeiro de 2023, a empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, razão pela qual, nos termos do inciso II do art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o presente requerimento de informação é direcionado ao titular de aludida Pasta.

Ultrapassada essa questão inicial, observamos que ainda no mês de dezembro de 2022, a Secretária de Energia da Argentina, Flavia Royón, anunciou que contava com o apoio do BNDES para concluir a construção do segundo trecho da obra do gasoduto Néstor Kirchner, que terá cerca de quinhentos quilômetros e ligará os campos de óleo e gás da região de Vaca Muerta até San Jerónimo, na província de Santa Fé. O suposto contrato de financiamento envolveria o montante de US\$ 689 milhões.

O anúncio ganhou grande repercussão no Brasil, tendo recebido críticas legítimas de especialistas do setor, por exemplo, pelo fato de nossa estrutura de escoamento (dutos construídos) ser deficitária, o que faz com que quase metade da produção de gás do pré-sal tenha que ser reinjetada nos poços¹ e pelos riscos

1 Contradição apontada pelo diretor e fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires. Segundo ele, enquanto a Argentina possui 16.000 km de dutos construídos, o Brasil só possui 9.400 km. Informação disponível em: <https://www.poder360.com.br/energia/bancar-duto-argentino-e-contradicao-da-gestao-lula-dizem-especialistas/>.



envolvidos no financiamento, principalmente os decorrentes da “instabilidade política e regulatória” da Argentina “e da América Latina como um todo”².

Além disso, diversas matérias jornalísticas apontaram para a existência de dívidas em atraso com o BNDES decorrentes do financiamento da comercialização de bens e serviços brasileiros. Infelizmente, os dados apontados nessas diversas matérias não estavam atualizados.

Segundo consta na página oficial do banco de fomento na Internet³ – que também não traz informações e dados atualizados até o presente momento, sobre as diversas operações realizadas –, os recursos obtidos por meio da linha BNDES Exim Pós-embarque são

“destinados ao exportador brasileiro de bens e serviços, em reais, com desembolso no Brasil após a comprovação das exportações brasileiras. O devedor é o importador, ou seja, a empresa ou país estrangeiro que compra o bem ou serviço. Em caso de inadimplência do devedor, a estrutura de garantias é acionada e o BNDES é ressarcido como, por exemplo, pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE).” (destaque nosso)

Observamos, outrossim, que o BNDES é gestor do FGE (art. 8.º da Lei n.º 9.818/99) e, de acordo com o art. 3.º do mesmo diploma legal, constituem recursos do Fundo:

- a) o produto da alienação das ações;
- b) a reversão de saldos não aplicados;
- c) os dividendos e a remuneração de capital das ações;
- d) o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

2 Idem.

3 Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/contratos-exportacao-bens-servicos-engenharia#cuba>.



- e) as comissões decorrentes da prestação de garantia;
e
- f) os recursos provenientes de dotação orçamentária do Orçamento Geral da União.

A última das fontes elencadas demonstra tratar-se de um fundo constituído por **recursos públicos**.

Em se considerando que, em recente visita oficial à Argentina, nosso Presidente da República confirmou que o BNDES financiará parte da obra⁴, cremos ser de grande relevância a obtenção dos dados solicitados, devidamente atualizados, para o bom desempenho da função fiscalizatória que a Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional, diretamente ou por qualquer de suas Casas.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 2023.

Deputado Carlos Sampaio
PSDB/SP

4 Conforme matéria disponível em: <https://www.poder360.com.br/energia/lula-confirma-que-bndes-financiara-obras-de-gasoduto-argentino/>.

